

-----**ACTA N.º 10/2009**-----

-----Aos vinte dias do mês de Maio de dois mil e nove, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia; -----

-----António Graça Silva. -----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro, por se encontrar em serviço do Município, pelo que a Câmara deliberou aceitar a respectiva falta. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** começou por referir que tinha uma dúvida relativamente ao protocolo celebrado entre o Município e o Inatel, relativo à instalação de um Centro de Férias na Pousada de Linhares, que se prendia com o facto de o documento ter sido presente a

uma reunião de Executivo, na versão inicial e não se recordar de o mesmo ter sido apresentado em versão definitiva. Na sua opinião, antes de ser presente à sessão da Assembleia Municipal deveria ter passado por este órgão. -----

-----A segunda questão prende-se com o facto de ter solicitado um esclarecimento, na última reunião, sobre qual a verba que era transferida para a CPCJ, por parte da Segurança Social, que gostaria de ver respondida. -----

-----Alertou, uma vez mais, para o facto de os relatórios de contas de 2007 e 2008 ainda não estarem disponíveis no site da autarquia, o que por si só, já é um incumprimento legal, mas também inviabiliza o acesso à informação por parte dos munícipes. -----

-----Por último, disse que alguns munícipes o tinham questionado sobre o boletim municipal, designadamente: a que ano se refere, qual a tiragem, bem como o custo associado à sua edição, questões que não soube responder, por isso solicita o esclarecimento.-----

-----Em termos de análise do seu conteúdo, referiu que os Vereadores do PSD não se iriam pronunciar, uma vez que ainda não tinham tido tempo suficiente para o fazer, mas pretendiam fazê-lo no futuro.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** informou que, o protocolo com o Inatel foi presente a reunião de Câmara, inicialmente numa versão preliminar, tendo sido posteriormente aprovada a versão definitiva e submetida à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Solicitou para o efeito, que a Secção de Actas disponibilize, para consulta do Senhor Vereador, a acta onde está registada essa deliberação. -----

-----Relativamente à verba da CPCJ, informou que tinha solicitado à Dr.^a Filipa, Presidente da Comissão, que recolhesse esses dados para serem disponibilizados aos Senhores Vereadores. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** informou que o relatório de contas já esteve disponível no site de autarquia e que são cumpridos todos os requisitos legais sobre esta matéria. Disse ainda, que estes documentos foram disponibilizados em formato digital para todos os elementos do Executivo e Assembleia Municipal. -----

-----No que concerne ao boletim municipal o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** referiu que é com agrado que o Executivo regista a preocupação dos munícipes, considerando as questões colocadas pelo Senhor Vereador muito “pertinentes”. Disse que a autarquia fez um boletim municipal que abarca diversas áreas e que se reporta aos anos de 2008 e 2009. Referiu que, na sua opinião, pertinente era referirem-se ao seu conteúdo, onde está registada a obra feita por este Executivo. Mas, para que o Senhor Vereador possa esclarecer correctamente os munícipes que o interpolaram para colocar estas questões, a informação solicitada será pedida à Secção de Contabilidade da autarquia e fornecida ao Senhor Vereador, numa próxima reunião. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que a questão relativa ao relatório de contas foi somente um alerta e que o facto de ter sido distribuído em formato digital para os Vereadores e Deputados Municipais, não o coloca à disposição de todos os munícipes para consulta. -----

-----Quanto ao boletim municipal disse que aguardava pelos elementos solicitados e frisou que a informação sobre a tiragem do boletim tem a sua pertinência, uma vez que está associada aos custos. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que este boletim municipal é um volume sumário de outros que irão surgir muito em breve. Disse que não consegue entender o porquê de tanta questão em torno deste boletim, que até já apelidaram de lista telefónica, uma vez que sempre foi feito e nem sequer é o primeiro deste mandato, já existiu pelo menos outro, para

além de outras edições, como é o caso da agenda cultural. Este boletim pretende divulgar a actividade do actual Executivo, reveladora do esforço e empenho de uma equipa que tem como principal objectivo o desenvolvimento de um concelho que estava adormecido. -----

-----Disse que, na sua opinião, “pertinente” é o desperdício que está no estádio municipal, com centenas de boletins municipais acumulados, referentes a publicações de outros mandatos. -----

-----No que concerne à despesa, tem presente que esta publicação ficou muito aquém de outras do passado, que não tiveram serventia nenhuma, como os que supra referiu. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que relativamente aos mandatos anteriores nada têm a ver com isso, só podem pedir explicações relativas à actualidade. Referiu ainda que a questão financeira tem a sua pertinência, porque tudo o que é indeferido neste órgão tem como justificação a grave situação financeira que a autarquia atravessa. Sendo, na sua opinião, legítimo que as pessoas se questionem sobre os custos desta publicação. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que, se os munícipes apresentassem questões sobre as obras apresentadas, tinha alguma lógica, agora sobre as datas, a tiragem e os custos, parece-lhe que são dúvidas de cariz político, não dos Senhores Vereadores, mas dos munícipes que os interpolaram para fazer tais questões. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que a questão do ano prende-se com o facto de na capa aparecer uma data de 2008 e algumas das fotos serem referentes a obras inauguradas em 2009. -----

-----Referiu que o Senhor Vice-Presidente já foi da oposição e de certo que também questionava o Executivo quando lhe surgiam dúvidas. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que os Vereadores da Oposição não se revêem no que foi feito no passado, até porque não tiveram uma intervenção directa na gestão dos anteriores mandatos, mas têm neste, e por isso é natural que coloquem questões e dúvidas sobre os assuntos. -----

-----Mencionou que lhe ficou no ouvido o facto de o Dr. António Silva ter dito que já tinham chamado lista telefónica ao boletim municipal e de facto com o volume que apresenta não deixa de o parecer, mas com umas páginas amarelas de luxo, que de uma forma elegante, não deixa de ser uma pré-campanha política. -----

-----Frisou que, atendendo ao facto desta autarquia atravessar uma situação financeira caótica, como é lembrado sucessivamente pelo Executivo em funções, considera o investimento feito nesta publicação perfeitamente desnecessário. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** contesta o comentário do Senhor Vereador até porque não é a primeira vez que a autarquia está a publicar um boletim municipal e embora se esteja a atravessar um ano de eleições, não fazem uso, nem necessitam destes meios para fazer política.-

-----Continuou dizendo que a autarquia edita todos os meses a agenda cultural e o boletim municipal é outro meio inserido numa continuidade da divulgação do que tem sido feito no Município, frisando que não concorda com as palavras do Senhor Vereador. -----

-----Relativamente aos custos do boletim disse para os Senhores Vereadores não ficarem alarmados porque o Município não ficou, nem ficará endividado com a publicação deste boletim. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** começou por ler um extracto de uma acta onde era solicitado que fosse dado conhecimento aos Vereadores da Oposição da abertura de concursos de pessoal, reiterando que, pelos vistos continuam a não ter conhecimento e lamenta que assim

seja. Disse que ficou perplexo, para não dizer indignado, quando constatou que foram publicados em Diário da República várias aberturas de concursos, mais propriamente 57 novos lugares, conforme cópia que solicitou que se anexe à presente acta **(anexo I)**. -----

-----Continuou dizendo que a sua perplexidade e indignação deve-se ao facto de na acta do dia 4 de Abril de 2006, constar o seguinte texto: “O Senhor Vereador Rui Correia pediu um esclarecimento ao Executivo relativamente à anulação dos concursos que foi presente à última reunião, alegando que pelo facto de ter sido um assunto agendado em “Outros Assuntos” não lhe foi possível apreciá-lo convenientemente, questionado em que fases é que se encontravam os concursos.”-----

-----O Senhor Vereador José Luís Cabral explicou que feita a análise aos quadros da Câmara e da Empresa Municipal, verificou-se existir excesso de pessoal, não havendo por parte desta autarquia, a necessidade de integrar tantos excedentes, face à situação financeira que esta autarquia atravessa, não sendo viável comportar mais despesas. Em termos de pessoal, os custos terão que, necessariamente, serem reduzidos, não podendo este Executivo dar continuidade a situações cometidas pelo anterior Executivo.”-----

-----Perante o que foi supra transcrito questiona, acrescentando porque não poderia deixar de referir obviamente o despedimento colectivo (político) de 10 funcionários, o que é que mudou, se de facto actualmente necessitam de mais funcionários, bem como se a situação financeira da autarquia já comporta a admissão destes funcionários.-----

-----Disse que, quando o Senhor Vice-Presidente na altura fez esta afirmação, em certa medida aceitou a explicação, porque de facto a situação financeira da autarquia era caótica e algo tinha que ser feito. Mas o que está a acontecer agora é um exagero, uma enxurrada de admissões, pretendia saber o motivo que levou à necessidade de admitir um número tão avultado de funcionários, gracejando que talvez tenha saído o euromilhões à autarquia.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** em resposta ao Senhor Vereador disse que o euromilhões saiu a esta autarquia no dia em que este Executivo tomou posse, uma vez que o Executivo, até à data, trabalhou arduamente para pagar dívidas de outros Executivos. -----

-----Relativamente à admissão de pessoal e mais propriamente às suas afirmações de 2006, disse que tinham tomado posse em 2005 e tinham decorrido poucos meses desde então, da percepção desses primeiros meses ficou claro que tinham que fazer algo para travar a situação em que a autarquia se encontrava, essa foi uma das muitas medidas que foram obrigados a tomar. Neste momento estão a uma distância de 4 anos dessa decisão, este Executivo fez obra, implementou medidas, fez candidaturas e a realidade é diferente. Referiu que, grave, seria se tudo se tivesse mantido na mesma, desde 2006, mas felizmente a realidade é outra, a autarquia apresenta um volume de obra significativo, com várias requalificações que deram origem à abertura de novas infra-estruturas e consequentemente à necessidade de contratar pessoal. Disse que tem que haver uma complementaridade, o Executivo não está a construir equipamentos para depois estarem fechados. -----

-----Disse ainda que muitos desses lugares que estão a concurso são para regularizar postos de trabalho que, encontrando-se em situação precária obrigam o Executivo a reconhecer a necessidade de existir um posto de trabalho por tempo indeterminado. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** entende que com as razões invocadas não foi elucidado, muito menos convencido, mas, questiona ainda, se não poderá haver distribuição de funções dos funcionários existentes, ou se já contactaram algum dos funcionários que foram dispensados naquela altura, deixando de haver a necessidade de abrir concursos, que poderá ser conotada como favor político. Disse que na sua opinião e com todo o respeito que este Executivo lhe merece, respeito que

foi consolidado ao longo do mandato, também lhe parece uma admissão avulsa de pessoal, premeditada, visando unicamente o cumprimento e satisfação de compromissos políticos assumidos para as próximas eleições autárquicas. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que essa era a opinião do Senhor Vereador, que tem que ser respeitada. Contudo, a sua opinião é completamente contrária à manifestada pelo Senhor Vereador, porque este Executivo sempre se pautou pela seriedade, não entraram em loucuras, não são corruptos, como foram apelidados na última sessão da Assembleia Municipal, foram eleitos pelos munícipes de Celorico da Beira e no próximo acto eleitoral os mesmos munícipes irão escolher quem entenderem, ressaltando no entanto, o facto de neste mandato tudo terem feito para que o concelho evoluísse e a prova disso é todo o desenvolvimento que em pouco mais de 3 anos conseguiram gerar, até porque, anteriores executivos com muitos anos de experiência não o conseguiram fazer. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** sobre a questão do recrutamento de pessoal informa que a autarquia obriga-se a criar postos de trabalho quando efectua as candidaturas dos projectos. Disse que se analisarem pormenorizadamente os postos de trabalho que constam da lista que o Senhor Vereador apresentou, para além dos casos já especificados pelo Senhor Vice-Presidente, quase todos são lugares que estão associados a candidaturas, caso dos Espaços Internet, Biblioteca Municipal, Requalificação do Castelo, Museus, etc., bem como lugares de acção educativa que são obrigados a criar por força da transferência de competências para a autarquia na área da educação.-----

-----Concluiu que as candidaturas obrigam a que se faça prova da criação de postos de trabalho, caso contrário incorrem em incumprimento e serão obrigados a restituir os valores referentes a esse item. -----

-----Relativamente à questão financeira, concorda que a autarquia tem dificuldades financeiras, mas isso não pode ser justificação para não cumprirem as obrigações, ou seja afectar as pessoas aos projectos. No que concerne à afectação de recursos humanos já existentes, informa que nem sempre é possível por força da lei e que essa situação quase nunca é aceite pelos próprios recursos humanos.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**MUTUALIDADE DE SANTA CASA – CONSTRUÇÃO DE UM LAR DE IDOSOS – APROVAÇÃO DO PROJECTO DE ARQUITECTURA;**-----

-----**SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – SEGUROS DOS ELEITOS LOCAIS;** -----

-----**PROCESSO DISCIPLINAR;** -----

-----**PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA EQUIPE DE ARBITRAGEM DO TORNEIO DE FUTSAL INTER-FREGUESIAS;**-----

-----**PEDIDO DE PATROCÍNIO – CLUBE CAÇA E PESCA.** -----

-----**I - APROVAÇÃO DA ACTA DO EXECUTIVO DO DIA SEIS DE MAIO DE DOIS MIL E NOVE**-----

-----Foi presente a acta número nove, da reunião ordinária do Executivo de seis de Maio de dois mil e nove, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada por unanimidade.** -----

-----**II - COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA DE CELORICO DA BEIRA** -----

-----**ASSUNTO: PROPOSTAS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE
TOPONÍMIA - APROVAÇÃO DA PLANTA DE TOPONÍMIA DA ALDEIA
DA RAPA**-----

-----Foi presente informação n.º 1374, datada de treze de Maio do corrente ano, em nome da Comissão Municipal de Toponímia de Celorico da Beira e que se anexa a esta acta (**anexo II**), referindo que tendo em consideração o Regulamento Municipal de Toponímia e Números de Polícia do Concelho de Celorico da Beira vem a Comissão Municipal de Toponímia apresentar a Planta de Toponímia da Aldeia da Rapa.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que, uma vez que tinha sido auscultada a Assembleia de Freguesia, que representa o povo da Rapa, deveria ser reconhecida a sua vontade, nesta matéria. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que a Comissão Municipal de Toponímia tem feito um bom trabalho e sem querer retirar o prestígio que a mesma lhe merece, reconhece que esta decisão deverá ser dos munícipes dessa freguesia, que desde sempre conheceram os locais pelos nomes dados pelos seus antepassados. Assim sendo, considera que devem manter a toponímia antiga, uma vez que a própria Assembleia de Freguesia propõe a sua continuação. -----

-----O restante Executivo concorda com o Senhor Vice-Presidente, reiterando que a decisão final deverá pertencer aos munícipes da Rapa. ----

-----**A Câmara Municipal deliberou aprovar a proposta apresentada pela Comissão Municipal de Toponímia referente à Aldeia da Rapa, no que respeita à toponímia a eliminar, a manter e a alterar, bem como, a aprovação dos novos arruamentos.**-----

-----**Mais deliberou, que os arruamentos em desacordo entre a Comissão de Toponímia e a Junta de Freguesia, ficarão os propostos**

pela Junta de Freguesia, ficando “Largo da Quintã,” “Largo da Capela” e mantendo-se apenas um arruamento designado como Rua Sacadura Cabral. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----III - **ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE DO CADAFAZ** -----

-----**ASSUNTO: ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM LAR DE IDOSOS**
- PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS-----

-----Foi presente requerimento n.º 278, datado de 21/04/2009, em nome de Associação de Solidariedade do Cadafaz, pretendendo a isenção do pagamento de taxas para alteração e ampliação de um Lar de Idosos, sita em Cadafaz, freguesia de Cadafaz, concelho de Celorico da Beira.-----

-----Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente o Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa-se que o mesmo se encontra enquadrado com o descrito na alínea a), do ponto 4, do art.º 14º do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, uma vez que o mesmo descreve que:-----

-----“As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, as associações culturais, desportivas, recreativas ou religiosas e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visem a persecução dos respectivos fins estatutários”.-----

-----**A Câmara deliberou isentar do pagamento de taxas o projecto de alteração e ampliação de um Lar de Idosos, da Associação de Solidariedade do Cadafaz, freguesia de Cadafaz, Celorico da Beira. -----**

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**IV - ORGANIZAÇÃO DO VII GRANDE TORNEIO DE FISGAS DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE PATROCÍNIO**-----

-----Foi presente ofício da organização do VII.º Grande Torneio das Fisgas de Celorico da Beira, referindo que este evento se irá realizar no próximo dia 23 de Maio, do corrente pelo que vêm solicitar apoio financeiro no valor de 750,00€ -----

-----**A Câmara deliberou conceder um apoio para a organização do VIIº Grande Torneio das Fisgas, no valor de 400,00€** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**V - GRUPO DE MOTARDS DA PSP - PASSEIO MOTARD "ROTA DO QUEIJO"**-----

-----Foi recepcionado um fax enviado pelo Grupo Motard P.S.P. Viseu, solicitando a cooperação desta Autarquia para o passeio Motard – Rota do Queijo a realizar no dia 24 de Maio do corrente, na vertente paisagística, monumental, cultural, gastronómica e outras.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**VI - NATIVIDADE GOMES AUGUSTO - LIVRO "HISTÓRIA DA AVALIAÇÃO E DO CONTROLO DE TRÁFEGO AÉREO"**-----

-----**ASSUNTO: APRESENTAÇÃO DA OBRA E PEDIDO DE AQUISIÇÃO**-----

-----Foi presente ofício da Senhora Natividade Gomes Augusto, datado de vinte e um de Abril do corrente, referindo que no dia 23 de Maio vai ser apresentada a obra acima referenciada e que contém excertos sobre a vida de Sacadura Cabral, ilustre figura ligada a este Concelho.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** propõe a aquisição da obra em epígrafe, dado tratar-se de um livro em que se referencia a figura ilustre de um filho desta terra, o Comandante Sacadura Cabral, bem como o facto de a escritora ter raízes no Concelho e sugere que seja adquirido 1 livro para cada escola do concelho e 2 livros para integrar o espólio da Biblioteca Municipal. -----

-----A **Câmara deliberou aprovar a proposta do Senhor Vice-Presidente e adquirir um exemplar para cada escola do concelho e dois para a Biblioteca Municipal.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**VII - ESCAPE LIVRE**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE APOIO**-----

-----Foi presente ofício da Organização Escape Livre datado de oito de Maio do corrente, referindo que tem sido desenvolvido um trabalho nas diversas vertentes, sendo uma delas a revista “Escape Livre Magazine”, que trata com particular destaque, a região, percursos em viaturas todo o terreno, que possibilitam a descrição de aspectos relacionados com a cultura, os monumentos, a gastronomia e paisagem da região a percorrer, fornecendo inúmeros elementos sobre alojamentos, restaurantes, actividades, etc. Numa próxima edição da revista a sair no mês de Julho, será publicado um trabalho sobre a região e concelho de Celorico da Beira, pelo que vêm solicitar apoio à Autarquia para a publicação desse artigo, traduzindo-se na inserção de um rodapé de promoção ao concelho no montante de 575€ acrescidos de IVA. Esclarecem ainda que é uma revista de grande tiragem sendo também distribuídas de forma directa através dos jornais da região centro, bem como por várias empresas na vertente hoteleira, automóvel e outras marcas representadas em Portugal. -----

-----A Câmara deliberou adquirir a inserção de um rodapé de promoção, ao concelho de Celorico da Beira, na Revista Escape Livre Magazine, do mês de Julho, no valor de 575€, mais IVA. -----

-----Deliberou ainda que o Gabinete de Turismo entre em contacto com a Direcção da Revista para aconselharem a visita aos lugares e infra-estruturas mais emblemáticas do Concelho, para que possam constar na reportagem fotográfica da edição de Julho. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**VIII - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS**-----

-----**ASSUNTO: ESCLARECIMENTO SOBRE A LEI QUE DEFINE O QUADRO LEGAL DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DOS GABINETES TÉCNICOS FLORESTAIS**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Técnico Florestal, datado de treze de Maio do corrente, referindo que desde 2004 que este Município de Celorico da Beira, celebrou um protocolo com o Ministério da Agricultura para a criação do Gabinete Técnico Florestal. No dito protocolo o Município efectua um conjunto de tarefas descritas no Acordo de Colaboração, subdividindo-se em tarefas de planeamento, tarefas operacionais, tarefas de gestão e controlo, tarefas administrativas e tarefas de formação e treino, as quais presta contas, com regularidade, aos serviços do Ministério.-----

-----Com a Lei n.º 20/2009, publicada a doze de Maio, vem aumentar as atribuições transferidas para os municípios e a redução da comparticipação financeira de 24.000,00€/ano para 7.784,00€, valor este transferido para todos os municípios, havendo um benefício claro para os municípios onde não existe GTF em detrimento dos municípios onde este gabinete existe. ---

-----A Câmara tomou conhecimento e remeteu o assunto à Assembleia Municipal também para conhecimento.-----

-----MUTUALIDADE DE SANTA CASA – CONSTRUÇÃO DE UM LAR DE IDOSOS – APROVAÇÃO DO PROJECTO DE ARQUITECTURA-----

-----Foi presente requerimento n.º 244, datado de seis de Maio de dois mil e nove, em nome de A Mutualidade de Santa Maria, pretendendo a aprovação do projecto de arquitectura, referente à construção de um Lar de Idosos, sito Lugar da Sancha, freguesia de Vila Boa do Mondego, concelho de Celorico da Beira.-----

-----Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente o PDM, Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), D.L. 555/99 de 16/12, alterado pelo D.L. 60/07 de 04/09 e o Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa que atendendo ao uso da edificação em epígrafe foi necessário proceder à consulta das seguintes entidades exteriores:-----

-----Instituto da Segurança Social; -----

-----Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil; -----

-----Junta de Freguesia de Vila Boa do Mondego; -----

-----Delegado de Saúde-----

-----As entidades referidas foram todas solicitadas pela requerente com a excepção da Junta de Freguesia, que foi solicitada pelos Serviços Técnicos desta autarquia. Com excepção do Instituto da Segurança Social, que emitiu parecer final desfavorável, todas as outras foram de parecer favorável.-----

-----A informação técnica conclui que face ao exposto é possível satisfazer a pretensão da requerente.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara**, relativamente a este assunto, disse que lamentava que um projecto deste nível tenha tido um parecer desfavorável por parte da UDS, do qual se desconhece o teor e a fundamentação. Esta decisão por parte da Segurança Social é incompreensível e está a limitar o desenvolvimento do Concelho de Celorico

da Beira, não só ao nível da saúde, bem como a nível social e também em termos de empregabilidade.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que desconhece o projecto desde o seu início, mas que poderia ser uma mais-valia para o concelho, dado ser uma área para a qual não existe resposta no distrito. Contudo, na sua opinião, era importante saber-se o que diz o parecer emitido pela UDS.

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que estão perante duas situações distintas. Em primeiro lugar está a intenção de investimento e empreendedorismo no sector da saúde e social e, em segundo, a logística de licenciamento da obra, que é da competência da Câmara Municipal.-----

-----Disse que esta intenção de investimento envolveu uma série de reuniões com o promotor do projecto, que o Executivo apoiou e continuará a apoiar, frisando que este projecto envolve, aproximadamente, a criação de 80 postos de trabalho, a quem seria ministrada formação para poder trabalhar nesta infra-estrutura, tendo o próprio IEFP da Zona Centro se disponibilizado para cooperar.-----

-----Frisou que em termos económicos este investimento representaria resposta para 1/3 dos desempregados do concelho. -----

-----Continuou dizendo que a posição da Segurança Social da Guarda é inexplicável, porque teve conhecimento desde o início deste projecto, tendo havido inclusive reuniões onde foi solicitado algumas correcções, que foram feitas e entregues. Frisou que se a intenção era chumbar o projecto não percebe porque continuaram a alimentar as expectativas do promotor. -----

-----Disse ainda que na informação n.º 119/2009 da Segurança Social pode-se ler “A proposta apresentada em 20/4/2009, agora objecto de análise, segundo o GAT, cumpre as exigências regulamentares exigidas naquela informação, encontrando-se o projecto em condições de ser aprovado”. -----

-----Continuou dizendo que, depois vem a UDS que emite um parecer desfavorável à pretensão do requerente, sem qualquer argumentação ou fundamentação que sustente esta tomada de posição. -----

-----Perante o exposto, propõe que o Executivo solicite ao Instituto da Segurança Social da Guarda conhecimento do conteúdo do parecer desfavorável, por parte da UDS. -----

-----**A Câmara deliberou que seja solicitado ao Instituto de Segurança Social da Guarda, o conteúdo, com a respectiva fundamentação, do parecer desfavorável emitido pela UDS, no âmbito da aprovação do projecto supra identificado.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – SEGUROS DOS ELEITOS LOCAIS**-----

-----Foi presente informação n.º 66RH/2009, da Secção de Recursos Humanos datada de vinte de Maio do corrente, referindo que após conferência com as entidades seguradoras verificou-se a existência de uma sobreposição de seguros de acidentes pessoais para o Senhor Presidente e Senhores Vereadores José Luís Saúde Cabral e António Graça Silva, que se encontram segurados através da Companhia de Seguros Tranquilidade, SA e da Companhia de Seguros Açoreana (Seguro de Grupo através da ANMP). -----

-----**A Câmara deliberou anular os seguros de acidentes pessoais dos eleitos locais, contratualizada à Companhia de Seguros Tranquilidade, SA.**-----

-----**Mais deliberou actualizar nos termos da lei, os seguros contratualizados à Açoreana Seguros (ANMP), para os eleitos locais do órgão Executivo a exercer funções bem como dos eleitos locais em regime de permanência.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**PROCESSO DISCIPLINAR** -----

-----Foi presente o Relatório Final, conforme previsto no art.º 54.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores Que Exercem Funções Públicas, o processo disciplinar instalado, devendo o mesmo nos termos do n.º 4 do artigo 14, da Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, ser presente para decisão, ao órgão executivo da Autarquia.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** esclareceu que em momento algum disse o que está escrito no ponto 4 do relatório final do processo disciplinar. Frisou que a única pessoa que tem poder para assinar contratos é o Senhor Presidente da Câmara, ou os Senhores Vereadores, quando tenham delegação de poderes para tal. -----

-----Referiu que sempre foi contra a contratualização deste tipo de serviços, como tal nunca autorizou a sua subscrição. -----

-----Informou que esta situação se despoletou quando a Secção de Contabilidade constatou que existia dívida a liquidar a esta empresa e foram pesquisar a sua origem, tendo-se deparado com um contrato assinado por um funcionário da autarquia que não tinha poderes para tal. -----

-----Disse ainda que, perante o constante atropelamento dos procedimentos legais e logísticos, por parte do arguido, foi obrigado, enquanto responsável pelo pelouro a emitir uma informação interna que proibia o funcionário em causa, de fazer qualquer compra ou pedido de orçamento, uma vez que existe um departamento na autarquia responsável por essas funções.-----

-----Relativamente à pena proposta pela instrutora do processo, disse que existem vários tipos de penas e é da opinião que o Gabinete Jurídico da autarquia deveria pronunciar-se sobre a mesma.-----

-----No seu entender, o Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que antes de ter sido apresentado este relatório, primeiro deveria ter vindo a reunião de Câmara os factos que levaram à instauração do processo disciplinar. Isso não aconteceu e o que hoje aqui está presente é o resultado final desse processo. Não quer com isto dizer que está contra o que está no relatório, mas questiona o Executivo se, ao instaurar este processo não teria que decidir em reunião do executivo anteriormente a instauração do processo ao funcionário. Pergunta também o que aconteceu ao Senhor Engenheiro, durante este tempo que mediou o processo. Se foi suspenso, ou se ficou a trabalhar, porque já houve outro caso, de um funcionário que foi suspenso das suas funções, enquanto decorria o processo e sobre esse ainda não tiveram conhecimento do relatório final. -----

-----**A Câmara deliberou nos termos do n.º 2, do art.º 55, da Lei n.º58/2008, de 9 de Setembro, solicitar a emissão de parecer ao Gabinete Jurídico da Autarquia, sobre a decisão disciplinar e sua execução.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA EQUIPE DE ARBITRAGEM DO TORNEIO DE FUTSAL INTER-FREGUESIAS**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, datada de vinte de Maio do corrente, referindo que após comunicação por parte do Gabinete de Desporto, da necessidade de se efectuar um pagamento relativo a serviços de arbitragem para o próximo torneio Inter-Freguesias de futsal, vêm propor o pagamento através de um subsídio de 800€ a Hugo Miguel Monteiro Geraldês, para a prestação dos serviços de arbitragem do referido torneio. -----

-----**A Câmara deliberou atribuir um subsídio no valor de 800€, a Hugo Miguel Monteiro Geraldês, para prestação dos serviços de arbitragem, referente ao torneio Inter-Freguesias 2009.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**PEDIDO DE PATROCÍNIO – CLUBE CAÇA E PESCA**-----

-----Foi presente documento datado de seis de Maio do corrente, referindo que o Clube de Caça e Pesca vai levar a cabo no próximo dia 14 de Junho do corrente, com o apoio do INATEL, o 15.º Concurso Anual de Pesca Desportiva no Rio Mondego, evento este, que já é uma tradição onde convergem pessoas de todos os pontos da Região Centro do País e que para além de um concurso é também um local de confraternização. Assim, solicitam a atribuição de um patrocínio, uma vez que os recursos do Clube são escassos e gostariam de manter o mesmo nível de prémios compatíveis com o evento. -----

-----**A Câmara deliberou atribuir um patrocínio no valor de 400€ ao Clube de Caça e Pesca do Concelho de Celorico da Beira, para a aquisição dos prémios referentes ao 15.º Concurso Anual de Pesca Desportiva no Rio Mondego.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezoito horas e trinta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----